



# MULHER NEGRA E ANCESTRALIDADE

**Organização:**

Josildeth Gomes Consorte e

Marise de Santana



MULHER NEGRA E ANCESTRALIDADE  
Copyright © 2023 by autores  
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**  
Coordenação editorial: **Carlos Tranjan / Página Viva**  
Preparação: **Cely Carmo Giraldes**  
Capa, projeto gráfico e diagramação: **José Rodolfo Arantes / Página Viva**  
Revisão: **Andrea Souza e Eduardo Russo**

### **Selo Negro Edições**

Departamento editorial  
Rua Itapicuru, 613 – 7º andar  
05006-000 – São Paulo – SP  
Fone: (11) 3872-3322  
<http://www.selonegro.com.br>  
e-mail: [selonegro@selonegro.com.br](mailto:selonegro@selonegro.com.br)

Atendimento ao consumidor  
Summus Editorial  
Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado  
Fone: (11) 3873-8638  
e-mail: [vendas@summus.com.br](mailto:vendas@summus.com.br)

Impresso no Brasil

# Sumário

<b>Apresentação da coleção .....</b>	<b>7</b>
<b>Apresentação deste volume .....</b>	<b>10</b>
<b>1. A ancestralidade e a figura da mulher: entre rupturas e continuidades .....</b>	<b>15</b>
Teresa Manjate	
<b>2. O papel social da proteção das meninas no contexto dos casamentos infantis em Moçambique .....</b>	<b>37</b>
Ana Piedade Armindo Monteiro	
<b>3. “Outras elas”: a cultura pelo olhar das silenciadas .....</b>	<b>57</b>
Sónia André	
<b>4. Mulheres negras do Recôncavo da Bahia: identidade étnica, profissão e ancestralidade .....</b>	<b>78</b>
Josildeth Gomes Consorte e Marise de Santana	
<b>5. A feminilidade das zeladoras de legados africanos cabeças de oboró .....</b>	<b>93</b>
Marise de Santana	
<b>6. Inventando uma educação para crianças de comunidades negras... 113</b>	
Vanda Machado	
<b>7. Mulheres negras: perspectivas de luta e resistência .....</b>	<b>130</b>
Tatiane Pereira de Souza	
<b>8. Festa do Divino Espírito Santo em Mazagão Velho (AP): catolicismo de preto, legado cultural de fé e devoção comunitária .....</b>	<b>153</b>
Piedade Lino Videira e Delcirene Videira da Silva	

# Apresentação da coleção

A **Coleção África, presente! Negritude e luta antirracista** nasce do esforço sincero, do desprendimento e da humildade de intelectuais, estudiosos, pesquisadores e professores de diversas universidades e instituições de pesquisa científica e de ensino universitário do Brasil e do exterior. A meta é problematizar, ampliar, aprofundar, construir diálogos e produzir um maior conhecimento científico sobre séculos de história, contando para isso com autores oriundos de inúmeras e variadas comunidades étnicas e culturas presentes no Brasil e em outras regiões do planeta, especialmente no continente africano.

Inspirada na coleção História Geral da África, trabalhada desde 1964 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a presente coleção pretende ser um espaço de produção e divulgação do pensamento não hegemônico acerca de africanos, afro-brasileiros e indígenas, construindo assim novas categorias, outras metodologias, interpretações pioneiras, análises inéditas e conceitos autênticos da nossa realidade social.

Assim, visa legitimar o pensamento destituído de paradigmas, conceitos e metodologias euro-ocidentais e se contrapor a essas bases que tanto contribuíram para fomentar e aprofundar os racismos e suas vertentes mais funestas em todas as esferas da sociedade. É nosso objetivo também propiciar a reescrita da história dos povos escravizados — inclusive antes da chegada dos conquistadores europeus —, a fim de sistematizar os valores civilizatórios, as culturas e as formas de expressão dessa humanidade inegavelmente filha da África.



Problematizar o etnocentrismo presente na diversidade de instituições, teorias e métodos da ciência é um dos motes desta coleção, sobretudo porque boa parte do conhecimento que foi difundido e abrilhantou pessoas, instituições e agências do pensamento euro-ocidental foi aprisionada, sequestrada, pirateada, surrupiada e traficada, na maioria dos casos usurpada de forma violenta. Mais tarde, esse conhecimento se transformou em produtos patenteados em algumas poucas nações, autodenominadas desenvolvidas — as mesmas que vivenciaram por séculos a compra de corpos e de saberes de outros povos originários e de grupos étnico-raciais presentes na América, na Ásia, na Oceania, na Europa eslava e, em especial, na África.

Dessa forma, os autores desta coleção, individual e coletivamente — cada um a seu modo, mas com rigor acadêmico e científico —, estão construindo cultural e politicamente uma crítica à razão euro-ocidental e abrindo um canal epistêmico para a sistematização de uma contra-hegemonia de base negra-indígena, questionadora da ciência brancocêntrica euro-americana-ocidental. Assim, trata-se de uma fortaleza dinâmica que se projeta contra os racismos embasada na ciência, com teorias sustentáveis, evidências e inferências legítimas e análises fidedignas.

É importante desfazermos erros e pseudoverdades científicas que foram construídos por séculos a fim de suprimir corpos, subjugar povos e escravizar mentes com base no uso de uma ciência cujo objetivo principal sempre foi manipular fatos em prol da hegemonia de um pequeno grupo de pessoas, quase sempre brancas. Em suma, aqui reunimos o trabalho de pesquisadores, cientistas e intelectuais de diversas áreas e nacionalidades que se dedicam a construir uma nova identidade coletiva pautada nos valores civilizatórios das negritudes antigas e novas, bem como nas lutas antirracistas que têm sido protagonistas no continente africano e nas inúmeras Áfricas que estão em tantos corpos e mentes mundo afora.

Das imemoriais pinturas rupestres aos antigos escritos decodificados em papiros, pergaminhos, paredes de rochas e cavernas, nas pedras — como no caso da Pedra de Rosetta —, e as publicações científicas atuais, impressas e digitais, revelam como o conhecimento científico produzido em vastas regiões do planeta nos leva ao legado africano para toda a humanidade de ontem, de hoje e de amanhã. Ainda assim, muitos são os que desconhecem essa realidade científica, sobretudo por não terem tido a oportunidade de aprender essa ver-

dade quando eram estudantes dos diversos níveis de ensino. Nem mesmo no continente africano crianças, jovens e adultos têm acesso a essas informações e a uma formação científica que forneça essa aprendizagem.

É importante salientar que se construiu ao longo de séculos uma invisibilidade e um silêncio sepulcral perante o conhecimento científico, tecnológico, cultural e filosófico africano. Tanto que as conquistas e contribuições de cientistas como Cheikh Anta Diop ainda são vistas como ousadas em pleno século XXI por apresentarem as ricas e vigorosas dinastias do Egito antigo — ou melhor, as civilizações que fizeram o grande império do Kemet florir em todo seu apogeu na África setentrional e que impactam até hoje o pensamento científico e filosófico contemporâneo, atingindo em cheio a Europa, a Ásia, a Oceania e a América.

Talvez uma das formas mais emblemáticas para superar esse desconhecimento abissal sobre a centralidade africana no conhecimento humano é justamente começarmos a repensar nossa condição social, psíquica e cultural de animal que fomos, somos e estamos, como já apontaram diversos cientistas — de Charles Darwin, com sua teoria da origem das espécies, em uma perspectiva evolucionista, a Edgar Morin, com seu método da complexidade. Há também os avanços científicos e a certeza dessa verdade insofismável que nos foi dada pelos resultados colhidos em definitivo pelo Projeto Genoma e tornados públicos pelos cientistas James D. Watson, Felipe Fernández-Armesto e Luigi Luca Cavalli-Sforza, entre outros, sobre nossa monogenia — isto é, nossa origem comum africana.

Dagoberto José Fonseca

## Apresentação deste volume

Em seu segundo volume, a **Coleção África, presente! Negritude e luta antirracista** traz oito reflexões críticas, textos acadêmicos e ensaios elaborados por mulheres negras para iluminar o caminho dos leitores, sejam eles mulheres ou homens, cis ou transgêneros. Elas vêm de diferentes lugares do Brasil e de Moçambique, para abordar o tema da mulher negra e de sua ancestralidade. No bojo de seus contextos socioculturais, histórico-geográficos, político-econômicos, semântico-linguísticos, elas pintam com maestria, graça, força e fé um passado que foi de resistência — e deslindam que o futuro também o será, pois o presente o é.

Sem fugir da luta cotidiana e das adversidades que marcam a vida das mulheres negras nessas duas regiões de dimensões continentais e ampla diversidade cultural, as autoras deste volume buscaram força nas mãos das mães de outrora, na ancestralidade que é de um tempo pretérito, mas também um devir, do tempo do amanhã, pois entendem que a ancestralidade é vida, saber e conhecimento; é experiência e memória; é a sua existência e a de outras que virão.

No primeiro capítulo, Teresa Manjate discute a ancestralidade na sua feição multidimensional, englobando oralidades e escritas. Assim, aborda a literatura oral, nomeadamente provérbios, contos, poesia oral (musicada ou não) e textos literários de escritores africanos, além de tecer diálogos com o universo da alimentação e da cura como práticas ancestrais ligadas à figura feminina, que têm por base as culturas das etnias macua e changana, de Moçambique.



O saber culinário e a confecção de pratos para ocasiões especiais com o propósito de estimular a partilha são temas analisados pela autora. Ela aprofunda e problematiza as relações sociais, sexuais e de gênero, e explora a sua relação com a culinária na casa dos pais e depois do casamento, bem como os hábitos alimentares associados à cura, finalizando com informações importantes para o preparo de alimentos da receita local, a fim de registrar os conhecimentos ancestrais das mulheres vinculados aos sabores e saberes tradicionais dos macuas e changanas.

O segundo capítulo, de Ana Piedade Monteiro, trata da resistência das mulheres às diversas formas de violência em Moçambique, em particular do esforço para não se sujeitarem a casamentos arranjados e prematuros no contexto sociocultural moçambicano. Tal resistência se vincula também à ação de variados atores e organizações sociais no sentido de proteger crianças e meninas desses casamentos precoces por acordos familiares, bem como de evitar que se tornem vítimas de raptos e sequestros terroristas.

A autora demonstra como a tradição imposta pelos homens durante séculos, mesclada aos arranjos étnicos e sociais, ainda hoje causa impacto na sociedade, na economia, na política e na saúde das mulheres e das meninas moçambicanas, ao considerar que os casamentos prematuros são produto das enormes exclusões no acesso à educação e a outros recursos sociais, sobretudo nas áreas rurais. Constitui-se, dessa maneira, um enorme desafio à concretização dos direitos humanos das mulheres, com prejuízos ao alcance da igualdade e da equidade de gênero na África Austral.

No terceiro capítulo, Sónia André reflete acerca dos espaços silenciados, invisibilizados ou excluídos sobre os quais as mulheres negras (africanas e brasileiras) procuram enraizar e construir suas existências por meio de um sistema que valida lugares e falas — alguns, certificados pela autora como dignos de existência em relação a outros.

De maneira crítica e incisiva, a autora analisa o alicerce sociocultural e psíquico-histórico dessas mulheres, o qual está fincado em suas crenças, cosmo percepções e formas de ser e estar na sociedade que as viu nascer e as valorizam como elas são, do ponto de vista de seus saberes, tradições e experiências — não somente das mais antigas famílias, dos clãs e das etnias, mas de toda a sua ancestralidade. Sónia André demonstra como as africanas e as brasileiras são diferentes das mulheres apresentadas pelas culturas tidas como



hegemônicas, eurocentradas e embranquecidas, e que elas têm como lugar a “resistência pela teimosia”, como atestam suas próprias vivências e as de tantas outras mulheres negras em seu redor.

Escrito com sensibilidade por Josildeth Gomes Consorte e Marise de Santana, o quarto capítulo deste volume enfoca os atos de olhar e escutar as moradoras do Recôncavo Baiano, no Brasil, que exercem as profissões de costureiras e vendedoras de acarajé. Aqui, as autoras constroem de maneira estreita e íntima a relação social, cultural, histórica e econômica entre a mulher negra, a atividade profissional de sustentação econômica, a identidade étnico-racial e a sua ancestralidade no contexto baiano presente nessa região.

Ao se debruçarem sobre a realidade dessas mulheres pela ótica de suas profissões, as autoras dialogam com seus processos de aprendizagem, suas trocas de saberes tradicionais e seus conhecimentos ancestrais, que se fazem presentes também nos espaços de religiões de matrizes africanas, originárias de diversas nações e etnias e recorrentes na Bahia e por todo o Brasil. Assim, nos mostram que tais atividades profissionais, oriundas do tempo escravista, são praticadas por diferentes mulheres, mas preenchidas com seus arquétipos ancestrais e orientadas por suas identidades étnico-raciais e religiosas, reafirmando seus valores civilizatórios por meio de seus ofícios — mesmo que o mundo queira negá-los.

O quinto capítulo foi elaborado por Marise de Santana, que faz uma reflexão aguda, atenta e crítica sobre a feminilidade de duas zeladoras de legados africanos: Mãe Carlita, que dirigiu o terreiro Zaze Mavuluquê de Unzambe, e Mãe Candida, líder do terreiro Ilê Axé Odé Sogbô. A primeira carregava a energia do inquice Zaze; a segunda traz consigo a energia do orixá Oxóssi, ambos arquétipos masculinos. Vale salientar que os povos de raiz linguística bantu falam de seus elementos de natureza intitulando-os de inquices; enquanto os nagôs, de raiz linguística iorubá, falam desses elementos da natureza denominando-os de voduns ou de orixás. O inquice Zaze é o senhor dos trovões e relâmpagos e o orixá Oxóssi é o senhor provedor da alimentação, aquele que está ligado às matas, à caça e à fartura.

Em relação a esse ponto, a autora visa mostrar que a educação nos terreiros de candomblé está assentada em valores éticos ancestrais e na crença de que cada pessoa, homem ou mulher, nasce trazendo em si os arquétipos masculino e feminino em equilíbrio e harmonia. Esclarece, ainda, que o arquétipo masculino



não está restrito aos homens, assim como o feminino não está restrito às mulheres, e que, no espaço de terreiros, ambos são educados/as para reverenciar a energia arquetípica dos princípios femininos que está na força da grande Mãe Terra, acolhedora dos corpos dos nossos ancestrais e o nosso abrigo.

No capítulo sexto da obra, Vanda Machado narra — em um ensaio leve, porém crítico, interpretativo, analítico — a sua trajetória e a de tantas mulheres negras que são professoras alfabetizadoras na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Ao descrever seu trabalho de produção, difusão e formação de conhecimento, ela traz a dimensão da oralidade africana como estratégia metodológica nos processos de ensino e aprendizagem das crianças, entre as quais e principalmente as negras, dentro do terreiro Ilê Axé Opó Afonjá, em Salvador (BA), por décadas liderado pela ialorixá Mãe Stella de Oxóssi.

A autora problematiza e aprofunda o papel da educação, enquanto ação dialógica calcada na experiência e na vivência dos mais velhos, dos orixás e da ancestralidade, e pelo viés dos aportes teóricos e metodológicos da pedagogia negra e de terreiro, voltada para a construção da identidade étnico-racial e social envolvendo mulheres negras — professoras e crianças oriundas de comunidades economicamente vulneráveis, mas cheias de capital social e cultural.

O sétimo capítulo, de Tatiane Pereira de Souza, é um ensaio com reflexões, críticas e análises acerca do racismo, do escravismo e do machismo patriarcal como processos que desencadearam o capitalismo, bem como as violências que lhes são inerentes e deles decorrentes. Ela também amplia o nexo entre as lutas das mulheres negras no Brasil, nos Estados Unidos, na Europa e no continente africano como parte de um continuum temporal, social, cultural, psíquico, econômico e político, vinculando as violências sobre seus corpos à necessidade de domínio de sua força e de sua capacidade de transformação.

A autora traz a força ancestral e a sabedoria como potências dessas mulheres negras para resistirem aos ataques contra sua humanidade, apresentando o protagonismo delas na elaboração de novas ideias e de narrativas que inspiraram mudanças por si sós, ao gestarem insurgências concretas e revoluções epistêmicas nas cenas sociais das sociedades africanas e euro-ocidentais. Assim, dialoga criticamente com o feminismo negro, o mulherismo africano e as perspectivas de gênero a partir de seu lugar de mulher negra.



Piedade Lino Videira e Delcirene Videira da Silva focalizam as mulheres negras amazônicas no oitavo capítulo deste volume. Com ênfase nas “servas e empregadas” do Divino Espírito Santo de Mazagão Velho, no Amapá, elas trabalham a memória e a tecem com a oralidade e a transmissão cultural do legado afrodiaspórico mazaganense envolvidas na celebração do rito afrocatólico — tradição que ocorre com a coroação da Imperatriz há mais de cem anos.

O texto evidencia o protagonismo das devotas da Irmandade e da festa do Divino Espírito Santo — mulheres e meninas negras de diferentes gerações que se reúnem nesse encontro festivo e celebrador com práticas ritualísticas nascidas da imbricação entre as crenças cristãs-católicas e afro-amapaenses. Elas salvaguardam e protegem a Festa do apagamento e do esquecimento histórico, mantendo esse patrimônio cultural local (material e imaterial) em Mazagão Velho com sua crença popular, acrescida dos elementos da africanidade regional amazônica, tais como as danças de Marabaixo, o batuque, as rezas de folia e la-dainha, o cozidão, o beijucica, o bolo de macaxeira, o chocolate de cacau puro, a gengibirra, os fogos tipo rojão, os donativos e os pagamentos de promessas ao Divino Espírito Santo.

Com tudo isso, o volume 2 desta coleção trata das mulheres negras como portadoras de forças transformadoras. A vida delas é de luta e resistência, mas elas também têm a arte que produzem com o seu corpo; com a mão, demonstram quão são artesãs da vida e da morte. Carregam muitas cores em suas vestes e seus colares para participar das festas comunitárias, mostrando que concebem o mundo além do branco, preto, bege e cinza estampados no cotidiano frio das sociedades euro-ocidentais. Assim, elas encenam e ensejam mudanças, desordens, mistérios e prazeres com suas artes, práticas, conhecimentos e segredos. Estão firmes dando de comer e de beber aos mais velhos e aos mais novos. Comem também e cuidam da sua ancestralidade, impressa em seu corpo de mulher e negra.

Josildeth Gomes Consorte e  
Marise de Santana

# 1. A ancestralidade e a figura da mulher: entre rupturas e continuidades

Teresa Manjate

*O papel da mãe na procriação, e depois do nascimento, é muito maior na tradição africana que aquele do pai. A mãe, depois de ter desenvolvido a criança dentro de seu útero durante nove meses, continua a cuidar dela, tradicionalmente, durante vinte e quatro meses. Assim, somente após trinta e três meses de existência é que a criança deixa de precisar da sua mãe para se alimentar e pode fazê-lo diretamente sem tomar qualquer complemento vindo dela.*

(Hampâté Bâ, 1981, p. 181)

Ancestralidade é um conceito complexo, que convoca múltiplos aspectos configurados a partir de um passado, um presente e, em alguns casos, paradoxalmente, um futuro.

Como passado, a ancestralidade está ligada às origens de práticas e valores que, de certa forma, apelam para a reconstrução de um ideal, à procura de um mundo perdido (como era, como sempre foi), inscrevendo uma história, tal como diz o provérbio chope: “Tolo a nga hundze [Ontem/ o passado não morre]”. Na verdade, dispõe para um mundo de utopias por evocar realidades hipotética ou idealmente vividas. Como foi? Como teria sido? Essa visão concorre para associar a ancestralidade a uma categoria que explica os modos de pensar e de fazer como princípio básico na organização dos ritos que regem e legitimam a vida material e imaterial, para além das relações sociais dos membros de comunidades em espaços internos e externos.

Como presente, inscreve uma continuidade, configurando a ideia de aceitação e reiteração de práticas e valores sociais e culturais herdados do passado e que ainda permanecem vivos, recuperados e/ou recuperáveis no seio

das comunidades. A ancestralidade funciona como marca de resistências individuais, mas sobretudo coletivas, uma vez que fornece elementos para a afirmação (também criação e/ou invenção) de identidades locais num mundo cada vez mais globalizado. No entanto, é importante perceber que:

As sociedades africanas de hoje não vivem da mesma herança cultural do fim do século XIX, quando começou a colonização. Mas qual é a comunidade cultural que hoje possui o patrimônio cultural de antigamente? Todas as civilizações se enriqueceram incrivelmente em contato umas com as outras. No entanto, elas não perderam sua identidade, que se enraíza em seu passado. (Munanga, 2015, p. 24)

Como futuro, a ancestralidade transcende a cosmovisão das origens; em outras palavras, ela passa de uma dimensão apenas do passado para ser também projeção de sociedades de maior homogeneidade social, imaginariamente referenciadas, na ótica de uma interculturalidade valorizada que reflita quem somos como humanidade plural e inclusiva. Aqui, a ancestralidade politiza-se e apregoa mudanças nas relações intra e intergrupais, prevendo e provendo um mundo com respeito às diferenças.

É importante ressaltar, na discussão do conceito de ancestralidade, a perspectiva do imaginário coletivo, pois este constitui uma marca do processo identitário herdado e que persiste para além da existência de sujeitos singulares. A essência da vida individual de cada sujeito e de seus descendentes traz a ancestralidade em suas trajetórias temporais e espaciais, as quais devem ser conhecidas e reconhecidas, isto é, respeitadas.

O presente capítulo combina três eixos: (1) a ancestralidade na sua multidimensionalidade, como mencionado acima; (2) o papel das oralidades e das escritas na percepção e na construção de uma visão do mundo; e (3) a figura e o papel da mulher nas sociedades africanas ou por estas influenciados, que tem suscitado inúmeros debates. Como questões de pesquisa ficam as seguintes formulações: Como *foi* entendido esse papel? Como *é* entendido esse papel?

Aqui, a figura feminina é vista com base em manifestações marcadamente orais: por meio de provérbios moçambicanos de dois grupos etnolinguísticos — changana (CH) e macua-lómwè (M-L) — e de sabores e saberes, no tocante à preparação de alimentos, muitas vezes associada à saúde e à cura, na esfera da